Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano VI nº 109
1/2/2001 a 14/2/2001
Contribuição R$ 1,50

FHC COMEÇA O ANO DANDO CALOTE NOS TRABALHADORES

GOVERNO ENROLA TRABALHADORES E NÃO QUER PAGAR A DÍVIDA DO FGTS.

Mas só para o FMI, governo pagou empréstimo de US$ 10 bilhões.
Para 2001, R$ 607 bilhões do Orçamento da União já estão comprometidos com o pagamento das dívidas externa e interna. Com FHC, Malan é assim, para os banqueiros e especuladores tudo, para os pobres e trabalhadores, nada.

FÓRUM SOCIAL ANTI-DAVOS:

EM DEBATE DOIS CAMINHOS

Cerca de 16 mil pessoas e centenas de entidades participaram do Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre. Evento foi uma importante reunião para se contrapor ao Fórum de Davos, do FMI e dos grandes capitalistas.
Por isso, FHC ficou irritado, pois não gostou da reunião contra os seus chefes e mandou até expulsar ativista do país.
Mas Fórum Social esteve marcado pela tentativa dos setores hegemônicos em acabar com caráter de contestação radical anti-globalização das manifestações de rua dos últimos anos.

Leia cobertura completa nas páginas 5, 6, 7 e 12.

ESPAÇO ABERTO

O petróleo é deles. Fico imaginando a questão do petróleo; no primeiro furo a Shell encontra em nosso litoral o tão cobiçado ouro negro. Será que eles não sabiam onde perfurar? Duvido! Afinal os serviços de satélite estão diretamente ligados a países de origem dessas empresas que fingem pesquisar. Onde estavam estas empresas quando a Petrobras investiu U$100 mil em pesquisas? Estavam monitorando seus satélites, interceptando e filtrando informações; eles não querem que o Brasil seja auto-suficiente; e para isso contam com "nossas autoridades".

Nossos campos têm produção idêntica à de países como Irã, Iraque e Arábia Saudita, com produção diária por poço de 7 mil a 10 mil barris/dia, com um grande detalhe: nossos campos são novos. O mega campo "Roncador", que estudos indicam estender-se da baía de Santos ao litoral Fluminense, no Rio, junto com o "Marlin", chegarão a ter um faturamento anual de R$ 36 bilhões, cobrindo mais de quatro meses de todas as despesas do governo federal. Segundo estimativas do próprio governo, esses dois campos poderão ser explorados por 15 a 20 anos, gerando um faturamento estimado de R$ 540 a R$ 720 bilhões.

Para se ter uma idéia do "entreguismo" o campo de Marlin, explorado pela Petrobras, em fevereiro de 1999, produziu 200 mil barris/dia; em janeiro do ano 2000, o mesmo campo produziu 400 mil barris/dia com preço da época a US$ 30 o barril. Chegou-se a cifra de US$ 4,5 bilhões a estimativa de faturamento anual. Atualmente o barril custa entre US$ 34 e US$ 35.

O governo, como no caso da Vale do Rio Doce e de outras empresas privatizadas (leia-se doadas), nunca divulgou com clareza o faturamento anual e as projeções futuras desse faturamento, partindo do princípio que nossas reservas não-renováveis vieram a ser exploradas a menos tempo do que a deles, que já acabaram com as que tinham e guardam, por estratégia, as pouquíssimas restantes.

Já foi realizado o impacto ambiental que tal atividade vai causar? Particularmente acho uma loucura o porto privativo construído aos pés do Penedo; a baía de Vitória poderá, Deus queira que não, sofrer um grande acidente ecológico, podendo tornar desertos os bairros que margeiam a avenida Beira Mar e os manguesais. Os esgotos jogados na maré já fedem, imaginem com óleo bruto.

Fernando Magno Sarmento Loureiro,
Vitória (ES)

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (11) 575-6093 **Email:** opiniao@pstu.org.br

Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

Uma das nossas

No dia 30 de dezembro do ano 2000, faleceu a companheira Solange Magalhães Martins, vítima de aneurisma cerebral. Solange era militante do PSTU desde a sua fundação, era professora e ativista com trajetória nos profesores municipais de São Paulo. Foi diretora do Sindicato da categoria nos períodos de 1989 a 1991 e de 1997 a 2000. Foi grande apoiadora da luta dos trabalhadores sem-terra, tendo participado de muitas manifestações promovidas pelo MST.

Prestamos aqui nossa solidariedade aos amigos e familares de Solange, dedicada militante que honrou a luta dos trabalhadores em prol da revolução socialista.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909
Vila Clementino - São Paulo-SP
CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Wilson H. da Silva, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

O QUE SE VIU

Associated Press

Manifestantes protestam contra o Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, no último dia 27. Com palavras-de-ordem e faixas contra a globalização, o FMI e o neolberalismo, e sob um frio de –5°, os protestos enfrentaram a repressão policial.

O QUE SE DISSE

"Bové é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo."

Palavra-de-orden cantado no encerramento do Fórum Social, em solidariedade ao ativista e agricultor francês José Bivé, preso pela PF e depois expulso do país devido ao protesto na fazenda Monsanto, junto com os sem-terra. Quando se trata de defender a propriedade de multinacionais, o governo e a Polícia Federal são símbolos de eficiência...

"O objetivo é trazer medo aos camponeses brasileiros que se recusam a utilizar os organismos geneticamente modificados. Nós vemos muito claramente através desse ato a vontade de proteger a multinacional Monsanto."

Declaração de Bové a respeito da sua prisão. No *Uol News*, em 30/1/2001.

"Os Estados Unidos estão em recessão." "O sistema global foi enfraquecido nas crises anteriores e não se recuperou ainda." "Há algo, no capitalismo global, contra o que protestar."

Frases do mega-especulador George Soros durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos. No caso desse sujeito, a única leitura possível, além das análises da crise, deve ser do tipo: há algo para protestar principalmente quando sou eu que estou perdendo dinheiro.

"Esperamos muito tempo por este momento. O que parecia impossível se torna realidade."

Viviana Diaz, presidente da Associação de Familiares de Desaparecidos do Chile, comemora a ordem de prisão do ditador Augusto Pinochet, no último dia 29. No jornal *Folha de S. Paulo*, em 30/1/2001.

EDITORIAL

Derrotar FHC, o FMI e a Alca

O ano está começando com os ruídos da queda vertiginosa da economia do "império". O tamanho e a duração do tombo ninguém se arrisca a prever com certeza.

O fato é que não é verdade que a periferia dependente passará incólume e, menos ainda, que será beneficiada com a recessão norte-americana, como o governo anda propagandeando.

Num cenário de desaceleração mais "suave" e curta, talvez o Brasil consiga atingir o crescimento de 4% em que o governo fala — mesmo assim, às custas de um forte arrocho salarial, entrega de patrimônio, mais desnacionalização e aprofundamento estrutural da dependência de "financiamentos externos", para fechar as contas em dólar com o exterior. Num cenário de depressão, pode-se tirar o cavalo da chuva.

Em qualquer dos dois cenários, o certo é que Bush e Cia. querem aprofundar a recolonização e a exploração da América Latina e vão jogar pesado na antecipação da Alca. E o FMI, zeloso das remessas de juros e parcelas da dívida externa, está chegando ao Brasil na semana que vem para monitorar as contas do próximo semestre.

FHC — por sua vez — torce e aposta numa recessão mais suave na terra do Tio Sam, enquanto busca fazer propaganda e uma certa maquiagem social pra ver se enfrenta 2002 com chances de costurar uma aliança governista — hoje bastante em crise — capaz de emplacar um candidato.

Calote só nos trabalhadores

FHC começa 2001 querendo dar um calote no pagamento devido do FGTS aos trabalhadores, vai fazendo — sem tanto estardalhaço — uma privatização fatiada da Petrobrás e da CEF, pretende privatizar toda a geração de energia e o saneamento básico do país e segue desmantelando a saúde e a educação públicas. Vai tentar também fazer a Reforma Trabalhista, se preciso, sem muito alarde, por debaixo do pano — via decretos infra-constitucionais.

De parte da classe trabalhadora, no entanto, o ano promete ser de muita luta. Motivos para lutar não faltam e disposição também não. A luta contra o arrocho, pelo FGTS, contra ataques aos serviços públicos, pela Reforma Agrária e demais reivindicações populares estarão em pauta com força.

O desafio é o estímulo, unificação e politização das lutas. E aí é onde a porca torce o rabo. Porque o PT e a direção majoritária da CUT, picados pela mosca azul do feliz 2002, podem privilegiar até de forma exclusiva a ação institucional em detrimento da ação direta, bem como deixar passar em brancas nuvens políticas fundamentais do receituário do FMI — como as privatizações, o pagamento religioso da dívida e a Lei de Responsabilidade Fiscal — para não espantar a burguesia. Sem dizer que, se as prefeituras petistas forem gerir "eticamente" a crise das prefeituras, aos moldes do governo Zeca do MS, estará se pavimentando um caminho de futuras derrotas.

Aos setores de esquerda da CUT e da UNE, e ao MST, cabe exigir um calendário de lutas e também retomar e recolocar na ordem do dia algumas campanhas políticas fundamentais, como a do não pagamento da dívida externa, exigindo que as prefeituras e todo o PT se somem à mesma.

Levantar uma plataforma de esquerda e apostar na ação direta e unificada é o único caminho seguro para derrotar FHC e esse projeto e recolocar na ordem do dia o Fora FHC e o FMI.

EDITORIAL

A privatização da Petrobrás

Neste mês de janeiro dois trabalhadores morreram numa plataforma da Petrobrás na Bacia de Campos, num acidente com vazamento de gás. Os acidentes têm se multiplicado. A Federação Única dos Petroleiros denuncia a diminuição em quase 50% do quadro de funcionários e técnicos da empresa, a terceirização em grande escala dos serviços, as jornadas estafantes e a super-exploração.

A morte dos dois petroleiros ocorreu, e foi noticiada, logo depois de que outro incidente envolvendo a Petrobrás causou comoção: a tentativa de mudança do nome e logo da empresa para Petrobrax. Nessa, o governo e o presidente da empresa Reichstul tiveram que recuar, tal foi a indignação causada na opinião pública, que já está há muito tempo francamente contrária a privatizações e a ataques ao patrimônio público.

Mas, como manda a cartilha do FMI e a fúria privatista deste governo, FHC, a equipe econômica, o famigerado Reichstul e o Sr. David Zylbersztajn (presidente da Agência Nacional do Petróleo e genro de FHC) estão operando a privatização fatiada da Petrobrás e o seu desmonte, às escondidas dos olhos do povo, com a cumplicidade da mídia, do Congresso, de toda burguesia e com o silêncio inexplicável da oposição.

De um lado, "acidentes" absolutamente inexplicados, como o do vazamento na Baía de Guanabara, no início de 2000, e, sobretudo, o grau de extensão do desastre ecológico que serviu a uma campanha de desmoralização da empresa perante a opinião pública — quando o genro de FHC andava anunciando a venda de refinarias, oleodutos, gasodutos, postos de gasolina — mereceriam uma profunda investigação. Quase todos os engenheiros e técnicos de boa fé acham que a extensão do desastre ecológico foi uma ação planejada, visando a privatização.

De outro lado, a entrega por partes — e que partes bilionárias! — de patrimônio público, enfraquecendo a Petrobrás. Conforme denunciou o falecido jornalista Aloysio Biondi, em junho do ano passado o governo leiloou todas as principais áreas produtoras de petróleo do país. Entregou — por R$ 50, R$ 100, R$ 150 mil — campos nos quais cada poço pode produzir 7 mil, 8 mil, 10 mil barris por dia, só comparáveis a áreas do Oriente Médio. Nos Estados Unidos, por exemplo, os poços produzem em média 100 barris/dia. A produção de um barril custa entre US$ 2,5 e US$ 3. Com o barril vendido a US$ 25 ou US$ 30, o lucro é de 900%. O governo festejou o ágio em algumas vendas — alguns gringos pagaram, por alguns lotes, US$ 5 milhões, US$10 milhões ou no máximo US$ 120 milhões, sendo que um campo destes pode dar um lucro de R$ 3,6 bilhões num ano.

A Petrobrás está sendo privatizada nas barbas de todo mundo.

Renato Benvenutti

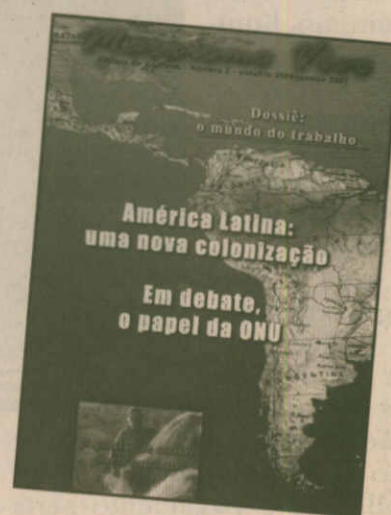
Barbosa Lima Sobrinho

SINDICAL

Vitória da esquerda em previdenciários

Luciana Araújo, da redação

Na eleição para a gestão 2000/2002 da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (Sinsprev), ocorrida entre os dias 28/11 e 2/12, a esquerda cutista foi vitoriosa. A chapa 2 A gente quer mudança – composta por companheiros da ASS e do MTS recebeu 2.415 votos. A votação foi aberta a todos os filiados e aconteceu em unidades de Saúde e Previdência de todo o Estado. As outras duas chapas que estavam concorrendo receberam, respectivamente, 1.170 votos – chapa Mudar é Preciso, ligada à Articulação Sindical – e 2.015 — ASS no Rumo Certo, independentes e a corrente petista Tendência Marxista.

"A vitória da nossa chapa na Previdência expressa a recomposição de um setor de luta e é extremamente positivo o avanço desse setor, que se confirmou como alternativa de direção. Não está claro se os outros dois setores vão se unificar e voltar a atuar sob direção da Articulação. A dinâmica das lutas vai ser determinante para definir isso e manter um funcionamento democrático do sindicato. Além disso, é uma vitória e uma coisa muito nova na Previdência a composição da chapa. É uma composição de forças que tradicionalmente saíam separadas e se unificaram no processo de lutas dos últimos dois anos. O desafio para o período agora é a reorganização da Seguridade Social". A afirmação é de Júnia Gouvea, dirigente nacional do PSTU e militante do MTS e eleita para a diretoria do Sinsprev,.

"Queremos o pagamento imediato do FGTS"

*O ano 2001 começou ainda sem uma solução para a polêmica discussão sobre o pagamento da correção monetária do FGTS dos planos Verão e Collor (1989 e 1990). O **Opinião Socialista** conversou com José Maria de Almeida (o Zé Maria), dirigente nacional do **PSTU** e membro da Executiva Nacional da CUT sobre o assunto. Da entrevista abaixo é possível aferir que a luta não vai ser fácil e que para derrotar FHC vai ser necessário muita unidade dos trabalhadores, dos setores público e privado.*

O governo tem uma dívida de R$ 43 bilhões com os trabalhadores e, segundo o Ministro do Trabalho, Waldeck Ornelas, a proposta é de não gastar "nem um real" com o pagamento desta dívida.

Opinião Socialista – Em que pé estão as negociações com o governo sobre o pagamento da correção monetária do FGTS?

Zé Maria – Até agora não há negociação. O governo anunciou antes das eleições que ia cumprir a determinação do Supremo Tribunal Federal e fazer o pagamento, mas depois das eleições voltou à posição de intransigência inicial. Houve duas reuniões da CUT e demais centrais com o Ministro do Trabalho, mas, segundo as próprias palavras do ministro, "o governo não vai colocar nem um real para o pagamento desta dívida".

> *"FHC quer deixar a dívida para próximo governo pagar"*

O.S. – Quer dizer, então, que o governo declarou o calote?

Zé Maria – Não claramente. O governo quer que o pagamento seja feito com saldo do rendimento do patrimônio líquido do próprio FGTS. É como se ele pegasse o dinheiro emprestado com os próprios trabalhadores para pagar uma dívida que é dele (do governo). E o pior é que quer fazer isso em parcelas de R$ 1,5 bilhão por ano. Como o total da dívida é de R$ 43 bilhões, o pagamento seria quitado em 30 anos. E o pagamento só começaria a ser feito no ano que vem, porque o governo diz que a CEF precisa de um ano para fazer o levantamento da dívida e os cálculos da forma de pagamento e começar a fazer os depósitos. Com contadores controlados pelo governo federal, sabemos que isso é pura enrolação.

O.S. – Na sua opinião, qual o objetivo do governo com todas essas manobras?

Zé Maria – O que FHC quer mesmo é deixar a dívida para o próximo governo pagar.

O.S. — Qual a política da CUT para arrancar o pagamento?

Zé Maria – A CUT está iniciando uma campanha de rádio e cartazes para denunciar a manobra do governo, dar visibilidade para essa enrolação. Inclusive porque o governo já propôs até mesmo reter o pagamento da multa rescisória de 40% sobre as demissões sem justa causa ou reduzir a multa, o que é ilegal.

Queremos que os sindicatos comecem a se mover para preparar novas ações dos trabalhadores; que façam reuniões nos sindicatos, associações de moradores, igrejas, etc, para discutir com todos os trabalhadores para iniciar ações judiciais e preparar ações radicalizadas, inclusive podendo ir à paralisações nacionais de categorias, atraso no horário de entrada nas empresas, etc.

Além disso, na semana que vem, uma comissão de dirigentes sindicais vai a Brasília para discutir com o STF, o Supremo Tribunal de Justiça e para colocar a possibilidade de uma crise de abarrotamento de ações no judiciário se o governo não cumprir a decisão do STF. O objetivo é convencer o STF a pressionar também o governo.

Nos estados estão sendo preparadas várias manifestações. Em São Paulo, por exemplo, vai ser realizada uma caminhada pelo centro da cidade no próximo dia 2 de fevereiro.

Manuel Pereira

FHC quer dar calote nos trabalhadores

O.S. — E como estão as outras centrais sindicais nessa questão do FGTS?

Zé Maria – A Força Sindical aceita o pagamento com ações de estatais, títulos da dívida pública, qualquer coisa. Tudo para garantir que o governo repasse para eles o dinheiro do FAT. A Social Democracia Sindical concorda até com a suspensão da multa rescisória. Ou seja, dá para perceber que não dá para contar com elas.

> *"Queremos unificar todas as categorias contra o governo"*

O.S. – O que a CUT está propondo de concreto em relação ao pagamento?

Zé Maria – A proposta da CUT é de pagamento imediato do que é devido. No entanto, como se trata de um valor muito alto, a Central aceita negociar é a seguinte: pagamento imediato para todos os trabalhadores que têm até 20 salários mínimos a receber (cerca de R$ 4 mil reais). Isso representa 94% dos trabalhadores que têm direito à correção. A partir daí, para que tem de 20 até 60 salários mínimos para receber, o governo faria o pagamento em até um ano. Acima de 60 salários mínimos, em até dois anos. Aí, em três anos a dívida seria quitada. Além disso, a CUT exige que o pagamento seja feito com dinheiro do Tesouro Nacional e não com dinheiro dos próprios trabalhadores.

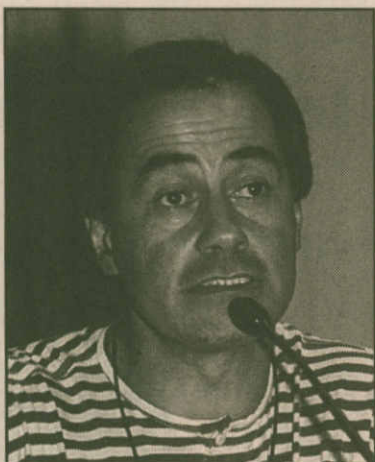
O governo diz que não tem dinheiro, mas o Orçamento do ano 2001 vai destinar R$ 607 bilhões para o pagamento das dívidas externa e interna. Então, dinheiro tem. O que tem que ser feito é redirecionar as prioridades.

O.S. – Além desta batalha em torno do FGTS, o país teve um crescimento econômico, mas sobre um brutal arrocho salarial e de quebra, os servidores públicos também continuam sofrendo na pele a política de ajuste e cortes dos gastos públicos. Quais são, na sua opinião, as perspectivas de mobilização nesse primeiro semestre?

Zé Maria – A CUT vai realizar um seminário nacional nos próximos dias 14 e 15 para discutir a perspectiva de luta dos servidores federais e a possibilidade de greve nacional da categoria. Além disso, outras categorias ameaçam parar em maio. Queremos discutir não apenas as questões específicas de uma categoria, mas uma luta maior, que aglutine todas as categorias pelas suas campanhas salariais, pelo FGTS e que retome a bandeira do Fora FHC e o FMI. Para isso, vai ser necessário unificar e ampliar todas as categorias num movimento político nacional contra o governo.

O.S. – Existem divergências na CUT sobre a luta pelo FGTS ou sobre os servidores federais?

Zé Maria – Até agora, não houve nenhuma discussão mais específica na CUT. Vamos ter o seminário e pode ser que venham a aparecer polêmicas. Mas até agora, estamos tocando tudo de forma unitária.

Reunião mostrou que é possível lutar, apesar das contradições

Insatisfação global

Manifestante queima bandeira dos EUA, na abertura do Fórum

Wilson H. da Silva,
da redação

O Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, entre 25 e 30 de janeiro, levou à capital gaúcha cerca de 16 mil pessoas de todos os cantos do mundo: membros de ONG's, ativistas sindicais, jovens, anarquistas, estudantes, militantes de partidos de esquerda e dos movimentos negro, feminista e homossexual.

Milhares de pessoas que se reuniram em torno de um objetivo comum: mostrar ao mundo que o processo de globalização está longe do "consenso" arvorado por FHC e seus asseclas, reunidos em Davos e, diga-se de passagem, protegidos por um fascistóide esquema de segurança que reprimiu impiedosamente qualquer um que tenha tentado se manifestar contra a reunião dos "donos do mundo".

Como exemplo do potencial de mobilização do Fórum Social e do temor que ele provocava nestes senhores, cabe lembrar o ridículo ataque que FHC fez à reunião pouco antes de seu início. Protagonizando mais uma de seus arrogantes pataquadas, o presidente brasileiro — depois de gastar milhões de dólares em uma "voltinha" pelo mundo, com uma comitiva de quase 200 pessoas — fez o descalabro de condenar o uso de "dinheiro público" na realização da reunião de Porto Alegre. Uma atitude de que FHC fechou com "chave-de-ouro" ao, no final do Fórum, causar inveja aos ditadores mandando expulsar do país o ativista camponês francês José Bosé.

Do ponto de vista do movimento é importante destacar que, evidentemente, apesar desse "objetivo comum", nem todos que participaram do Fórum compartilhavam da mesma opinião em como combater a globalização e seus efeitos. Muito pelo contrário. Pelos corredores da PUC, principal sede dos debates, circulavam desde a nata da social democracia mundial até representantes dos setores mais radicalizados da esquerda.

Um "problema" que poderia ter se convertido em uma riquíssima discussão, caso estes diferentes projetos pudessem ter sido democraticamente confrontados e debatidos. Algo que, lamentavelmente, foi evitado a partir da própria organização do Fórum, que, sintomaticamente, privilegiou "dar voz" aos setores "moderados" e aos "convidados oficiais.

Mas um significativo setor dos presentes carregava na mente as cenas de Seattle e Praga, e esperavam vê-las repetidas em Porto Alegre, algo que, infelizmente, foi, em grande medida, evitado pelos organizadores do Fórum, que buscaram, a todo momento, "domesticar" as manifestações.

Mas, disposição de luta não faltava. Esse era o caso, por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, cujos representantes acamparam juntamente com a juventude e os povos indígenas. Como declarou Mauro, um dos dirigentes do MTD, *"o Fórum poderia ser um momento de reflexão, mas também de luta contra o imperialismo e a globalização. A expectativa era que nós concentrássemos esforços aqui, mas o que vemos é uma descentralização gigantesca. Por isso mesmo é que nós esperamos que ao final disso aconteça uma coisa mais prática, mais objetiva, na luta contra a globalização, algo que tem a ver com uma discussão sobre métodos; aqui estamos vendo muitas idéias, mas o que precisamos é luta, é a organização a partir da luta, algo que muitos da esquerda estão deixando de lado."*

Quem acompanhou o Fórum, sabe que, apesar das importantes iniciativas do MST, Porto Alegre esteve muito longe de ter servido como palco de uma das batalhas dessa guerra. Mas, também, é preciso lembrar que o Fórum demonstrou que há, de fato, uma insatisfação global que, cada vez mais, vai empurrar as pessoas para o caminho da ação direta para combater a globalização.

Rede Internacional de Solidariedade Ativa

Uma das principais reuniões que ocorreu em Porto Alegre, por fora das Conferências oficiais e sem debate, foi uma oficina para tratar da constituição da rede de internacional solidariedade ativa, a Rede Sindical.

Como destaca José Maria de Almeida, da direção do PSTU e um dos impulsionadores da Rede, *"a reunião teve a presença de aproximadamente 200 pessoas, com gente de muitos países e que tirou encaminhamentos concretos, como se somar ao protesto em Buenos Aires, nos dias 6 e 7 de abril, quando será realizada uma reunião de ministros de Estado para articular a implementação do ALCA e participar do protesto que será realizado em Gênova, em meados do ano."*

Uma opinião compartilhada por uma das participantes da oficina, Maria Santanna, uma dominicana que atualmente vive nos Estados Unidos onde trabalha com os trabalhadores "sem-papéis", ou seja, imigrantes que não tem sua situação legalizada no país e não possuem qualquer tipo de direitos. Em uma aplaudidíssima intervenção, Maria demonstrou sua insatisfação com a proliferação de fóruns que só servem para infindáveis debates: *"Essas reuniões são importantes, mas só se realizadas com critério e objetivos claros. Basta de reunir por reunir. Por isso mesmo, estou muito feliz com o debate que realizamos aqui, principalmente quando ele aponta para a realização de uma ação unificada, intercontinental, no 1º de Maio. Esse é o caminho para derrotar a globalização"*

Juventude: o caminho é a luta

Confinados em um acampamento, em um parque localizado a quilômetros do centro dos debates, cerca de 2 mil jovens de todo o mundo protagonizaram algumas das mais importantes manifestações presenciadas em Porto Alegre. Um dos pontos altos foi a realização de uma passeata, no dia 27, que foi até o local onde estava sendo realizado um debate sobre o Plano Colômbia, onde foi realizado um ato em repúdio aos planos militares e econômicos do imperialismo.

Em todos essas atividades, a Juventude do PSTU cumpriu um papel de destaque, realizando, ainda uma série de debates no próprio acampamento. Entre esses, um particularmente concorrido foi o promovido por Bento José e Lindberg Farias, dirigentes da juventude que saíram de suas organizações — a Articulação de Esquerda do PT e o PCdoB, respectivamente — e, hoje, integram o PSTU. A tônica da discussão foi a necessidade da construção de um partido revolucionário.

"Marginalizados" reivindicaram voz

Fruto de um lamentável acordo entre os organizadores do Fórum e o movimento negro gaúcho, todas as atividades relacionadas ao combate ao racismo e aos temas pertinentes à comunidade negra foram deslocados para um prédio da Universidade Federal. O resultado foi um quase total isolamento e a perda de visibilidade até mesmo em relação à imprensa presente.

A triste ironia desta história é que essa "marginalização" em grande medida refletiu os efeitos do processo de globalização sobre a população negra. Transformada em tema fundamental das oficinas, essa situação foi amplamente questionada pelos negros e negras presentes, e acabou resultando em um protesto, realizado no saguão da PUC, exigindo que, numa próxima reunião, tal coisa não se repita.

Algo semelhante também foi protagonizado pelo movimento homossexual. Contemplados com apenas uma oficina, que reuniu cercada de 150 pessoas, e completamente fora do temário oficial, gays e lésbicas, também tomaram o saguão da PUC para manifestar sua insatisfação.

Dois caminhos em debate: ruptura ou adaptação?

Eduardo Almeida,
membro da direção nacional do PSTU

Por volta de 16 mil pessoas, vindas de 120 países diferentes, participaram da reunião do Fórum Social Mundial realizado, em Porto Alegre. Estiveram presentes lideranças reconhecidas como Lula, Victor de Gennaro, Cuauhtémoc Cárdenas; intelectuais famosos como Marta Harnecker, Michael Lowi, Atilio Borón, centenas de Organizações Não Governamentais (ONGs) presentes. Além de entidades e personalidades, como o MST e o ativista francês José Bové, que se notabilizaram por realizarem ações políticas diretas durante o evento.

Esta reunião foi um importante e necessário evento, que marcou a contraposição ao Fórum Mundial de Davos, que anualmente reúne banqueiros e representantes da burguesia mundial para discutir o futuro da economia capitalista. Ou, para planejar *"quantas crianças os planos econômicos oficiais vão matar no mundo"*, como disse a ativista argentina Hebe Bonafini, presidente das *Mães da Plaza de Mayo*, durante uma teleconferência que colocou frente a frente representantes dos dois fóruns.

A partir das manifestações ocorridas nos últimos anos em Seatle, Washington e Praga, quando dezenas de milhares protestaram nas ruas contra o capitalismo, os organizadores do Fórum Social anunciaram a intenção de apontar uma outra perspectiva para humanidade. E não há dúvidas que aos olhos do mundo o Fórum Social se constituiu num anti-Davos, numa reunião de todos aqueles que são oposição ao neoliberalismo e às diretrizes do FMI e das grandes corporações multinacionais.

No entanto, o Fórum Social esteve distante do espírito das manifestações de Seattle, Washington e Praga. Ao contrário da radicalidade anticapitalista, predominou o bom comportamento de um programa aceitável pela burguesia, já esboçado nos principais debates realizados no Fórum. Quem esperava a espontaneidade das ruas, encontrou um controle burocrático: das 16 mil pessoas presentes, 84 tinham direito a participar das discussões centrais. Nas conferências realizadas pelas manhãs, que eram as atividades centrais e oficiais do Fórum, havia cinco ou seis debatedores em cada uma delas. Somente eles podiam expor seus pontos de vista. Os milhares que assistiam podiam apenas apresentar perguntas, por escrito, que eram respondidas ou não pelos debatedores. E só.

Sérgio Koei

Instalações do Fórum Social Mundial que recebeu 16 mil pessoas

É preciso um programa. Mas que programa?

Os organizadores do Fórum Social falavam que não queriam definir um programa já nesse evento, mas apenas iniciar os debates. Na verdade, o Fórum esteve sim esboçando um programa, que era defendido majoritariamente pelos expositores escolhidos para as conferências centrais. Os organizadores afirmavam, também, a todo momento, que não basta dizer não, que é necessário apresentar uma alternativa. Evidentemente isso é correto. Mas é preciso ir adiante, debater e estabelecer que tipo de programa se propõe como alternativa á globalização capitalista e ao neoliberalismo.

Nas manifestações de Seattle e Praga a palavra-de-ordem mais gritada era "Morte ao capitalismo". Os manifestantes negaram a globalização, reivindicaram o fim do FMI e do Banco Mundial. Mas em Porto Alegre, a ótica foi bem diferente: discutiu-se uma visão moderada, "realista", de "humanização" do capitalismo. Não se questionou a fundo a própria globalização. Os debates giraram em torno de buscar a redução das suas conseqüências sociais mais aberrantes. Não houve a defesa do fim da OMC e do FMI, mas a reforma desses órgãos.

A taxa Tobin: uma CPMF internacional

Um dos ícones do programa discutido no Fórum Social foi a defesa da taxa Tobin. O professor universitário James Tobin, prêmio Nobel de economia, propôs em 1978 uma taxa que depois seria conhecida pelo seu nome. Essa taxa, concretizada em 0,25% a ser aplicada sobre as operações de câmbio, é encarada pelos seus defensores como um ataque ao capital especulativo, pois os recursos obtidos com a taxa poderiam ser aplicados em investimentos sociais, em particular nos países mais pobres.

Esse debate teve muito peso no Fórum, pois seus organizadores estão entre os principais defensores dessa taxa. Bernard Cassen, diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* e talvez o principal organizador do Fórum Social, é também presidente da ATTAC, na França (a ONG defensora da taxa Tobin).

Mas acreditar que uma taxa como a Tobin pode ser a solução para os nossos povos não resistiria a qualquer discussão mais ampla. O Brasil, por exemplo, já tem uma experiência em relação a uma taxa semelhante, a CPMF, talvez mais radical que a Tobin, mas que não trouxe absolutamente nenhuma vantagem para os trabalhadores.

A taxa Tobin se aplicaria apenas sobre as operações de câmbio, que nem são as mais importantes operações financeiras (existem também os negócios com os títulos das dívidas públicas e as ações). A CPMF abarca todas as operações financeiras, tem um percentual maior que a Tobin e não foi utilizada em nada para as funções sociais para as quais, teoricamente, deveria ser aplicada.

Além disso, esta medida não é aceita pelo sistema financeiro internacional. Em 1995, Leonel Jospin, o então candidato do PS francês, se comprometeu com a taxa Tobin e, depois de eleito, não a implementou.

Reformar o FMI?

Uma outra medida "realista" defendida com grande ênfase no Fórum Social foi a reforma do FMI, para que esse órgão tenha maior flexibilidade e não exija sacrifícios impossíveis aos países endividados. Tal reforma viria acompanhada de recomendações para o "desenvolvimento das economias voltadas para o mercado interno".

Mas vivemos em uma situação onde a crise do neoliberalismo coloca no primeiro plano a necessidade do não pagamento da dívida externa e da ruptura com o FMI. O Fórum Social perdeu, inclusive, a opor-

tunidade (já que ali estavam milhares de ativistas do mundo todo) de generalizar iniciativas e experiências como a do Plebiscito Nacional da Dívida Externa, realizada no Brasil em setembro passado. Felizmente, várias entidades presentes ao Fórum, como a CUT, decidiram divulgar em um documento, a proposta de cancelamento da dívida externa. Pena não ter sido essa uma resolução do conjunto do evento.

O economista Luciano Coutinho, um dos expositores do Fórum, argumentou que não seria realista o não pagamento da dívida, na medida em que o sistema financeiro internacional não o aceitaria. O presidente nacional do PT respondeu a um dos defensores do não pagamento da dívida, que "ele propunha isso porque não era governo". Ou seja, esta ótica, majoritária nos expositores e organizadores do Fórum, parte do princípio de fazer o que seria "aceitável" para os grandes bancos.

Há um pequeno probleminha. No capitalismo, não existe nenhuma maneira de convencer os grandes setores burgueses nacionais e internacionais a desprezarem o lucro. Aceitando-se a imposição do FMI e o pagamento da dívida, não existem condições de resolver os grandes problemas sociais. É uma utopia pensar em um capitalismo humano, com "responsabilidade social". O que existe é o que está aí, com a miséria, o FMI, as guerras, a fome, as epidemias. E isso não é um acidente, não é apenas um problema de uma política desumana, elaborada por meia dúzia de burocratas do FMI. Isso é o sistema capitalista, com sua lógica de busca do lucro e suas conseqüências mais brutais em uma fase de intensa concentração de capitais, superexploração do trabalho humano e pilhagem e devastação dos recursos do planeta.

Cidadania "planetária"?

Outro discurso dominante, hegemônico, nas reuniões do Fórum era o da cidadania. Um dos textos do *Le Monde Diplomatique*, dedicados à reunião, argumentava que era necessário se contrapor à ideologia neoliberal do "indivíduo", buscando chegar à consciência do "cidadão".

Partindo da avaliação correta de que o neoliberalismo retira direitos sociais básicos como educação, saúde, habitação, a maioria dos expositores defendia a necessidade de chegar a "cidadania", que incorpora estas conquistas e a participação política "democrática".

No entanto, a sociedade capitalista está dividida em classes sociais antagônicas, onde estão enfrentados o "cidadão" latifundiário contra o "cidadão" sem–terra, o "cidadão" operário contra o "cidadão" capitalista. Mas a burguesia busca apagar as distinções de classe na democracia burguesa com a falsa ideologia de uma "cidadania" para todos, ao mesmo tempo em que sua lógica predatória só faz retirar direitos sociais elementares dos povos, como por exemplo, o de comer.

Não existe forma de se conseguir salários, empregos, educação e saúde sem que os trabalhadores se enfrentem com as classes dominantes e seus governos.

Menos ainda se pode aceitar como possível, sob o capitalismo-imperialista-globalizado, a idéia da "cidadania universal", defendida no Fórum Social, a partir de idéias como "reforma da ONU". Ficamos imaginando por onde poderíamos começar tal empreitada, talvez tentando convencer os Estados Unidos a abrirem mão do seu direito de veto no Conselho de Segurança da ONU...

Esse conceito de busca da cidadania, deslocado do que é o mundo real sob o capitalismo, leva à diluição, não só das diferenças de classe, como da opressão das nações imperialistas sobre as dependentes. De quebra, incute a ilusão da transformação de instituições controladas pelo imperialismo em "democráticas".

O horizonte na democracia

A estratégia da maioria dos presentes no Fórum é a democracia burguesa. O socialismo, salvo por algumas intervenções isoladas, não foi apontado como uma referência concreta para a luta ou como estratégica.

Esteve sempre presente para os participantes o exemplo do governo municipal da cidade de Porto Alegre, dirigida pelo PT, assim como do governo do Estado do Rio Grande do Sul, devido às reformas sociais implementadas. Aqui, segundo Bernard Cassen, demonstra-se que "um outro mundo é possível". O Orçamento Participativo foi utilizado em todos os momentos como uma demonstração de democratização do Estado.

No entanto, a cidade de Porto Alegre faz parte da economia capitalista nacional, tem seus trabalhadores submetidos aos mesmos salários de fome do restante do Brasil. Existe desemprego e miséria no Rio Grande do Sul como no resto do país. O "outro mundo possível" para a maioria dos conferencistas, na verdade, é a administração do capitalismo, com mais eficiência, ética e humanidade.

Administrar o capitalismo, ainda que com um pouco mais de reformas sociais e ética, continua sendo administrar o capitalismo. E isso implica em defender a ordem institucional. O governo de Olívio Dutra, outro ícone do encontro, reprimiu uma mobilização dos sem-terra em setembro passado e também enfrentou duramente uma greve dos professores durante 32 dias. Olívio acaba de vetar uma lei, aprovada pela Assembléia Legislativa e longamente negociada com o movimento popular, para a criação de 30 mil empregos em frentes de trabalho. Com que argumento? Essa medida fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, do governo FHC/FMI.

Mesmo o Orçamento Participativo não foi analisado criticamente, mas em um ôba-ôba triunfalista. Ao contrário da imagem difundida, de que a população decide em quê e quanto gastar na cidade, o Orçamento Participativo abarca apenas 10% do total do Orçamento do município. E depois de elaborado, o Orçamento é submetido à Câmara dos Vereadores. Na verdade, o Orçamento Participativo é uma iniciativa limitada, que termina por atrelar o movimento popular da cidade ao governo municipal, recriando formas de controle e clientelismo eleitoral.

Reuters

Protesto realizado em Davos, no último dia 27

Uma 4ª via a caminho?

No início da crise do neoliberalismo, na última metade da década de 90, o desgaste dos governos conservadores que aplicaram os planos do FMI foi evidente. Neste momento surgiu a "3ª via". A proposta original de Tony Blair, do trabalhismo inglês, era apresentar uma alternativa intermediária entre a política econômica do imperialismo europeu, de desmonte lento do "estado de bem estar social", e a destruição rápida e selvagem feita pelo imperialismo norte-americano. Na realidade, a social-democracia se propunha a fazer algumas concessões sociais para manter intacto o modelo neoliberal. E assim foi feito. Hoje, os governos da 3ª via da social-democracia européia aplicam o mesmo receituário de privatizações e flexibilização dos direitos trabalhistas.

No Fórum Social Mundial, os debates e idéias impostos pelos setores que controlaram politicamente o evento vão na direção da construção de uma espécie de "4ª via", que se diferencia da social-democracia européia essencialmente pelo discurso. Isso porque, na prática, essa nova visão aponta para um programa que mantém o modelo da globalização, mas com medidas sociais compensatórias.

No entanto, não existe nenhuma possibilidade de mudanças reais na situação de nossos povos, sem uma revolução socialista. Sem a disposição radical de expropriação das grandes empresas e de ruptura com o imperialismo — contidas, por exemplo, na revolução cubana em seus inícios — não existem condições para conseguir empregos para todos, salários decentes, saúde e educação.

A resposta dos revolucionários às discussões do primeiro Fórum Social deve estar nas mobilizações diretas dos trabalhadores, e na defesa programática da única resposta real à decadência imperialista: a revolução socialista.

B R A S I L Governo conta como assentadas até famílias que não existem

Sem-terra rechaçam números do governo

Luciana Araujo,
da redação

Há três semanas o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) divulgou o balanço da reforma agrária do ano 2000. Mais uma vez, há discrepância entre os números do governo e dos sem-terra. O MST publicou um manifesto que foi enviado para toda as entidades sindicais, partidos políticos de oposição e imprensa questionando os dados do governo.

O **Opinião Socialista** conversou com o dirigente do MST, Marcio Barreto, responsável pelo Coletivo de Direitos Humanos no Estado de São Paulo, sobre esses dados. Segundo Marcio, *"Nós soltamos nota para todos os grandes meios de comunicação, mas é óbvio que ninguém publicou. Eles só publicam os dados do governo mesmo. Mas nós não nos preocupamos muito porque esse é o projeto deles mesmo."*

Em relação ao assentamento de famílias realizado no ano 2000, o Ministério divulgou que foram assentadas 108.986 famílias. Mas 15.120 desses assentamentos foram feitos em áreas obtidas em exercícios anteriores. Ou seja, são famílias assentadas em projetos antigos. Houve apenas uma troca de famílias que foram assentadas em locais onde outras desistiram dos lotes. Esses 15 mil assentamentos já foram contabilizados em outros anos e, agora, estão sendo recontados como novos. *"Para conseguir, de fato, garantir a instalação desses 15 mil assentamentos, que hoje estão acampados em diversas regiões do país, vamos ter que manter e intensificar a organização e as mobilizações"*, analisa Marcio.

Além disso, o governo federal contou como famílias já assentadas 32.465 que não existem. Esse número corresponde à meta de vistorias a serem realizadas até junho deste ano. No entanto, foi incluído como balanço do ano passado. São vistorias em fazendas que poderão ou não ser desapropriadas para fins de reforma agrária.

Outra mentira divulgada no documento está no item *desapropriações e aquisições*, no qual o governo aponta o assentamento de 45.401 famílias. O manifesto do MST responde a isso. *"Fazendo uma análise por estado, fica evidente nova mentira. Exemplo de alguns estados: Rio Grande do Sul, o ministro diz que assentou 745 famílias, os Movimentos Sociais do estado informam ter sido 314; no Paraná o ministro diz que assentou 2.087 famílias, os Movimentos Sociais informam o número de apenas 734. Mesmo no Mato Grosso, onde existem muitas áreas, o ministro fala em 7.031 e os Movimentos Sociais falam em 3.283. Se a amostra é significativa, seguramente o total de famílias assentadas não deve ter atingido 25 mil."*

No *site* do Incra, a informação divulgada em 23 de outubro do ano passado indica que as contas do MST estão corretas. Até aquela data o órgão responsável pela reforma agrária em todo o país dava conta de 22.936 famílias assentadas.

A contradição dos dados divulgados pelo Ministério no mesmo documento de balanço aparece logo em seguida, quando o MDA faz a classificação do desempenho de cada Incra regional. Aí, o número apresentado é de 60.329 famílias assentadas.

Outro dado questionado pelo manifesto do MST é sobre o número de hectares obtidos para reforma agrária. O governo apresenta uma evolução de 1995 até 2000, mas não separa o que é desapropriação e o que é terra pública. *"Mesmo que o governo tivesse destinado os 18 milhões de hectares em programas de distribuição de terras, é preciso levar em conta que, nesse período, 64% das terras foram arrecadadas nos estados da região amazônica, onde, em grande número, eram terras griladas ou públicas. Mas, mesmo admitindo a versão do ministro, salta aos olhos que, na tabela de arrecadação de terras, há um pico em 1996, quando o governo diz ter arrecadado 4,4 milhões. De lá para cá, ano após ano, há uma diminuição, atingindo, em 1999, apenas 1,4 milhão de hectares. Os 3,8 milhões de hectares do ano 2000 é o somatório de terras adquiridas através do Banco da Terra, terras públicas e desapropriações. E não exclusivamente da ação que caracteriza a reforma agrária, que é a desapropriação de terras."*

Arquivo

Sem-terra contestam números oficiais da reforma agrária

Crédito para poucos

O governo anuncia, ainda, que já gastou R$ 10 bilhões com o Pronaf (crédito rural para pequenos agricultores). Mas não diz que o programa foi criado em 1998 e aplicado pela primeira vez em 1999, e que somou todo o montante concedido para o crédito rural (inclusive subsídios para grandes agricultores e latifundiários). Para os pequenos, foi concedido em torno de R$ 1,9 bilhão por ano, desde 1998. Apenas 688 mil proprietários de estabelecimentos agrícolas com menos de cem hectares tiveram acesso ao crédito. Segundo o manifesto, *"apenas 16% dos agricultores brasileiros, que tiveram o 'direito' de retirar, em média, três mil reais por família. Quantia ridícula, tratando-se de crédito para financiar o plantio de alimentos em nosso país, onde um trator agrícola custa mais de 60 mil reais."*

S I N D I C A L

MTS vence eleições nos servidores federais

Em novembro do ano passado ocorreram as eleições para a diretoria do Sindicato dos Servidores Federais no Estado de São Paulo (Sindsef). A chapa 2 *Sindsef de luta e pela base*, composta por ativistas do **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)** ganhou as eleições com 55,04% dos votos. A chapa 1, ligada à corrente petista *O Trabalho*, obteve 44,96% dos votos. *"A eleição dessa vez foi mais representativa porque, pela primeira vez, houve uma discussão séria na base da categoria, que permitiu a ampliação do conhecimento das divergências e diferenças programáticas entre as duas chapas."* A afirmação é de Renato Benvenutti, servidor do Ipen eleito para a secretaria-geral do sindicato.

Mas o processo não foi tão tranqüilo. A corrente que era a situação no sindicato, *O Trabalho*, fez tentativas de fraudar a eleição para garantir a maioria no Sindsef. Nas cidades de Presidente Prudente e Ribeirão Preto, mesários da chapa 1 chegaram a ir à casa de associados do sindicato para colher votos. Mas a categoria mostrou repúdio a esse tipo de método garantindo a vitória da chapa 2. **(L.A.)**

Pagamento da dívida vai deixar São Paulo na "UTI"

Mariúcha Fontana,
da redação

A maioria da população das cidades que elegeu prefeitos petistas, particularmente o povo mais pobre e os trabalhadores, deposita grandes esperanças de mudanças e de superação do descalabro social em que estão a maioria dos municípios e mais ainda as grandes cidades. Naturalmente, os 186 prefeitos petistas viraram vidraça. E evidentemente, um mês de administração não muda a situação das cidades e, nesse sentido, é de um cinismo enorme as estocadas da burguesia e seus partidos, como o PSDB de FHC, nas prefeituras dirigidas pelo PT. O problema é que o rumo sinalizado por essas prefeituras impedirá que ocorram as mudanças que realmente interessam à maioria do povo.

O caso de São Paulo é gritante nesse sentido. O primeiro ato de impacto da prefeita Marta Suplicy, antes de assumir, foi nomear o banqueiro João Sayad para a Secretaria da Finanças.

Depois da posse, as ações da prefeitura resumiram-se a um almoço público com moradores de rua no centro da cidade, ao lançamento da "operação belezura" (com o intuito de deixar a cidade mais limpa), a assinatura de um contrato de emergência, sem licitação portanto, no valor de R$ 23 milhões com empresas de coleta de lixo (suspeitas de superfaturamento e atualmente investigadas pelo Ministério Público) e à suspensão e o remanejamento de alguns funcionários suspeitos de corrupção em algumas regionais.

Dívida com a União, consome 13% das receitas do município

De outro lado, a prefeita tem mostrado o real descalabro em que o malufismo deixou a prefeitura, em cada uma das áreas de atuação. Afirma que a prefeitura não tem dinheiro e busca cooperação: parcerias com o setor privado, implora parcerias com os governos estadual e federal e pede que a população colabore firme no voluntariado. E por fim, a prefeita pede um prazo para "tirar a cidade da UTI" e colocá-la em um "quarto de hospital".

Mas quanto à dívida com a União, que consome 13% das receitas líquidas do município, tudo o que a prefeitura faz é timidamente tentar negociar com o governo federal a devolução de recursos para a prefeitura, em investimentos. O problema é que a prefeitura é refém da política do governo federal e do FMI e da sua famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal.

A cidade de São Paulo tem 52% da sua população vivendo em moradias irregulares: favelas, cortiços, sem acesso a esgoto e água encanada. O desemprego atinge mais de 800 mil paulistanos, 16% da população economicamente ativa. Faltam milhares de vagas nas escolas e creches, a saúde está um descalabro.

As propostas, o "programa social" de Marta para essa situação já é, por si só, muito limitado e não garante grandes mudanças. Programas como o renda mínima, o bolsa trabalho, o começar de novo, o banco do povo – eixos da sua plataforma – são paliativos, que tratam de alguns sintomas da grave doença que acomete São Paulo e o Brasil. Mas nem sequer tais medidas estão garantidas, devido a situação financeira da prefeitura.

O orçamento da prefeitura é de R$ 7,9 bilhões, os projetos de Marta custam R$ 260 milhões, uma ninharia. Mas só de juros da dívida com a União a prefeitura vai desembolsar R$ 913 milhões em 2001. O total da parcela da dívida com a União que a prefeitura tem que pagar até setembro de 2002 (pelo acordo firmado pelo ex-prefeito Celso Pitta e o governo federal) é de R$ 2,1 bilhões (valores de março de 2000). Se esse compromisso não for cumprido, os juros sobre o montante de R$ 10,5 bilhões — total da dívida com a União — passarão dos 6% para os 9% ao ano.

Ora, o governo federal alega que é "irresponsabilidade fiscal" não economizar o suficiente para pagar as dívidas. Porém, irresponsabilidade fiscal é a própria dívida, que além de ser composta por um monte de precatórios, produto de muita corrupção, atingiu tal montante, também, devido aos juros irresponsáveis praticados pelo governo FHC e pelo Banco Central.

A prefeita tem todas as condições de suspender o pagamento dessa dívida, submetê-la a uma auditoria e ganhar o apoio e a mobilização do povo contra possíveis retaliações. A prefeita pode muito bem colocar todos os números da prefeitura aos olhos do povo, e depois de uma ampla campanha e debate, submeter o pagamento ou não da dívida a um plebiscito popular.

Se a prefeitura for pelo caminho de não enfrentar FHC/FMI e os ricos, não conseguirá impor mudanças substantivas para a maioria da população. Na verdade, vai ser difícil até tirar a cidade da UTI.

Luis Carlos Murauskas

Marta e o senador Suplicy no dia da posse

Movimento deve rechaçar banqueiro no governo

Os sindicatos, o movimento popular, estudantil, os sem-terra, a esquerda do PT, não podem ter uma atitude passiva e cúmplice com essa política da prefeitura de São Paulo.

O movimento operário e popular tem todo o direito de questionar e reivindicar da prefeitura que ela tome medidas coerentes, com aquelas que as entidades defendem. Aliás, depois do grande sucesso que foi o plebiscito nacional da dívida externa (realizado em setembro do ano passado quando mais de 5 milhões de pessoas participaram) as entidades têm o dever de reivindicar que Marta se posicione pela suspensão do pagamento da dívida municipal e que convoque um plebiscito para que o povo decida.

O movimento social também deve reivindicar que Marta não governe com a burguesia, começando pela saída de Sayad do governo, pois não vai ser um banqueiro que irá aplicar uma política que resolva os problema da maioria da população, como o da moradia (só para ficar em um dos dramas que atingem os trabalhadores e pobres da cidade).

Aqueles que dizem e estão convencidos que é preciso botar abaixo FHC e romper com o Fundo Monetário, aqueles que se reivindicam socialistas, não podem não sentir indignação diante da nomeação de um banqueiro como secretário das Finanças em um governo do PT.

Nós não temos nenhuma ilusão: com esse programa e alianças — pagando a dívida e submetendo-se à Lei de Responsabilidade Fiscal do FMI, não mobilizando contra FHC — o governo de Marta Suplicy não vai garantir mudanças substantivas. Não haverá mudanças em São Paulo se não forem derrotados o governo federal e o projeto neoliberal. (M.F.)

SÃO JOSÉ *Grupo de oposição se alia com direção da empresa*

Embraer patrocina campanha contra sindicato metalúrgico

Jocilene Chagas,
de São José dos Campos (SP)

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região está sendo alvo de uma campanha de calúnia patrocinada pela direção da Embraer e por um grupo de sindicalistas que são oposição ao Sindicato.

No final do ano passado, esse grupo foi à grande imprensa afirmando que houve desvio de verbas em processo ganho pelo Sindicato contra a Embraer. Esse dinheiro, R$ 2 milhões, foi pago em forma de multa normativa ao Sindicato, no ano passado.

Esse setor tenta jogar confusão afirmando que esta verba deveria ser paga aos funcionários que estavam no processo. Mas, outra multa normativa também foi paga aos trabalhadores que já fizeram acordo com a empresa. Nesse processo, a Embraer teve que desembolsar R$ 62 milhões para os seus funcionários, maior valor pago em um processo trabalhista.

O dinheiro que entrou nos cofres do Sindicato foi divulgado em balancetes no jornal mensal da entidade. Parte dele já foi usado na Campanha Salarial do ano passado e em diversas lutas travadas pela categoria.

"Esse grupo, a serviço da Embraer, quer desmoralizar a nossa entidade porque não conseguiu engolir a grande vitória da nossa campanha salarial, no ano passado. O crescimento das lutas e mobilizações no Vale, tendo como referência o Sindicato dos Metalúrgicos, incomoda patrões e seus aliados, mas nós não temos medo e junto com os trabalhadores vamos provar que isso não passa de um jogo para levar confusão à categoria", disse o presidente do Sindicato Luiz Carlos Prates, o Mancha. Várias moções de apoio de entidades sindicais e movimentos populares estão sendo enviadas ao Sindicato, além de uma grande ato de solidariedade que foi realizado no final do ano passado

O processo movido pelo Sindicato pedia a reposição das perdas salariais de 1990, nos índices de 71,58% em novembro de 90 e 7,69% em dezembro desse mesmo ano.

O Sindicato venceu em todas as instâncias e iniciou os cálculos em 1997, quando a diretoria que foi eleita (**PSTU**, PT e PCdoB) desarquivou o processo, que estava parado durante a gestão em que esse grupo, que hoje faz a denúncia, era a maioria da diretoria.

Cerca de 11.200 pessoas já receberam em acordos judiciais, somando um total de cerca de R$ 62 milhões.

O Sindicato negociou os honorários advocatícios previstos na sentença, recebendo essas verbas como multa normativa, isso para evitar que ex-advogados do Sindicato ficassem discutindo de quem era o dinheiro. A diretoria, com base na lei, entende que esse dinheiro é da entidade para organizar a luta dos trabalhadores.

De acordo com o advogado do Sindicato Aristeu Pinto Neto, a única coisa que a oposição pode conseguir com essas denúncias é que o dinheiro seja devolvido à Embraer.

O Sindicato já está movendo processo por danos morais, calúnia e difamação.

Manuel Pereira

Funcionários da Embraer foram beneficiados por ação ganha pelo sindicato

EDUCAÇÃO-MS

Bloco de oposição cresce

Professor Monje,
de Ponta Porã (MS)

Trabalhadores em educação de Mato Grosso do Sul, estiveram reunidos de 3 a 7 de dezembro, em Ponta Porã-MS, no seu 21º Congresso Estadual da Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul (Fetems) com o tema: *Educação – Um direito de todos – 500 anos de resistência indígena, negra e popular*. O evento contou com a presença de mais de 1.200 congressistas, representando 65 sindicatos municipais.

A direção da entidade (*Articulação Sindical*) respaldada no estatuto da Federação e no regimento do congresso bloqueou o debate, pois temia que os ataques aos governos FHC. e aos "ajustes" do governador Zeca do PT polarizassem os debates. Durante o congresso, pela primeira vez na história da Federação, formou-se um bloco de esquerda (*Articulação de Esquerda, Corrente Sindical Classista, Movimento por uma Tendência Socialista* e ativistas independentes). Já no último dia, na plenária final, onde foram aprovadas as emendas, esse bloco conseguiu atingir 20% do congresso.

RIO DE JANEIRO

Guarda municipal espanca trabalhadores

Ronaldo Moreno,
do Rio de Janeiro

Em meio a descoberta no Rio de Janeiro dos primeiros casos da Dengue Hemorrágica de tipo 3 em nosso país, o prefeito do Rio de Janeiro, senhor César Maia, ordenou de forma covarde a retirada do acampamento dos trabalhadores da Fundação Nacional de Saúde (FNS) demitidos a mais de um ano pelo governo federal.

Quando fica claro para a população do Rio de Janeiro que as mais de cinco mil demissões de Agentes de Saúde da FNS (os chamados "mata mosquitos") são a causa do descontrole da Dengue e do aparecimento de um novo tipo que coloca o risco de uma nova epidemia, a prefeitura do Rio, ao invés de tomar uma providência, optou pelo espancamento de trabalhadores que só fazem defender o seu emprego como única forma de obter o seu sustento e proteger a população de uma doença que já levou a morte muitas pessoas no Rio.

Por volta das 22 horas do dia 24 de janeiro a Guarda Municipal chegou a Cinelândia e com uma violência absurda, quebrou todo o acampamento dos trabalhadores da FNS ferindo várias pessoas. Até um menor de rua que por acaso estava na Cinelândia e que acabou sendo violentamente agredido por golpes de cassetete. O menor começou a passar mal e chegou a ter uma convulsão sendo levado para o Hospital Souza Aguiar.

Durante o conflito, a Guarda Municipal prendeu Sérgio Henrique Luis Reis, um dirigente sindical dos trabalhadores da FNS, o espancou dentro da Kombi da Guarda e o largou cerca de 200 metros da Cinelândia. Sérgio foi atendido do Hospital Souza Aguiar em estado grave, inclusive com os braços e uma das pernas quebrados. Além do menor e de Sérgio, mais três trabalhadores foram levados para o atendimento de emergência do Souza Aguiar.

A violência da Guarda Municipal espantou todos os presentes. Frente a este fato absurdo provocado pela prefeitura do Rio de Janeiro, a CUT-RJ realizou ato de protesto no dia 25, na própria Cinelândia com a presença de diversas entidades do movimento social e partidos.

O movimento dos "mata mosquitos" pretende restabelecer o acampamento em protesto contra as demissões e a violência da Guarda Municipal.

PORTUGAL Candidato do PS é reeleito com votação abaixo do esperado

Esquerda alternativa cresce nas eleições presidenciais

Reproduzimos aqui os artigos publicados no jornal socialista português **Ruptura**, *analisando o resultado das eleições presidenciais em Portugal, realizadas em janeiro, quando o social-democrata Jorge Sampaio foi reeleito presidente. Esta eleição teve como um fato de grande importância a apresentação de uma candidatura independente do Bloco de Esquerda (composto por partidos e organizações da esquerda socialista onde atua a* **Frente de Esquerda Revolucionária**, *organização filiada à* **Liga Internacional dos Trabalhadores**.

Jorge Sampaio, presidente reeleito

Nuno Santos, de Lisboa

As eleições presidenciais de 14 de janeiro confirmaram o reforço da esquerda alternativa em geral. Em uma eleição na qual a reeleição do social-democrata Jorge Sampaio era certa e com o Partido Comunista (PCP) apresentando candidato próprio, é importante realçar os resultados obtidos pelo Bloco de Esquerda e o seu candidato Fernando Rosas.

Jorge Sampaio, do Partido Socialista, foi reeleito como se esperava, mas com 55,8% dos votos, em oposição aos valores de 60 a 70% que as pesquisas de opinião lhe atribuíam. A esse resultado não será certamente alheio ainda um certo desgaste do governo e do sistema político em geral, que ajudou a reforçar em parte a esquerda alternativa, mas, sobretudo, engrossou os níveis de abstenção.

O candidato da direita Ferreira do Amaral obteve 34,5% dos votos, enquanto a soma dos resultados do PSD e PP (*os partidos da burguesia portuguesa*) nas eleições legislativas foi de 40,7%, o que reflete, por um lado, que a direita apresentou um candidato de segunda linha, não se mobilizaram no sentido de apresentar uma personalidade com mais credibilidade. Por outro lado, a falta de entendimento entre os dirigentes dos partidos da direita, visível logo na noite das eleições, refletiu a incapacidade de apresentar-se unida como alternativa de governo.

PCP: a crise continua

O candidato do PCP, António Abreu, obtém para o seu partido o pior resultado da sua história, 220 mil votos (5,1%), evidenciando a contínua quebra de influência organizativa e eleitoral deste partido, que já foi um dos mais sólidos e importantes partidos de origem stalinista Europa ocidental. Mais da metade dos eleitores do PCP de 1999 votaram em Sampaio, abstiveram-se ou, em menor grau, votaram em Fernando Rosas e Garcia Pereira (candidato do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, organização de origem maoísta). Particularmente relevante é o fato de figuras, outrora ligadas ao PCP, como o arqueólogo Cláudio Torres e o antigo Secretário de Estado para a Reforma Agrária, Fernando de Oliveira Baptista, terem agora apoiado Fernando Rosas, o que deve ter influenciado alguns eleitores.

Ainda sobre a candidatura do PCP deve fazer-se uma importante leitura política: o PCP tomou a decisão de levar às urnas o seu candidato no meio da campanha e por uma pequena maioria do Comitê Central em nome de evitar que uma parte substancial do seu eleitorado pudesse votar mais à esquerda, ainda que o custo dessa operação fosse a obtenção de uma votação considerada muito fraca para o seu candidato, António Abreu. Esta demora na decisão de levar o seu candidato até ao fim explica ainda situações humilhantes, como a do dia em que ainda antes de ter decidido ir à eleição, António Abreu "falou para as paredes" no anfiteatro da Faculdade de Direito de Lisboa. Isso porque a máquina do PCP não ter se esforçado em mobilizar quem quer que fosse para ir ouvir o dirigente comunista.

Resultado positivo, mas aquém das possibilidades

Conforme o balanço feito pelo Bloco de Esquerda "*a candidatura de Fernando Rosas lutou contra o desinteresse e a passividade nestas eleições sem recorrer ao populismo, à agressão gratuita. A candidatura afirmou claramente os valores que a sustentaram e os objetivos a que se propunha. Valeu a pena. Fernando Rosas suscitou o debate público sobre o Kosovo, sobre a injustiça social e sobre o futuro.*"

No mesmo balanço refere-se ainda que "*o Bloco de Esquerda pode congratular-se pela confiança que cerca de 129 mil eleitores depositaram na candidatura de Fernando Rosas, consolidando assim o espaço desta nova esquerda que há menos de dois anos surgiu no país. Em termos absolutos, este resultado é da mesma ordem dos 134 mil votos obtidos pelo Bloco nas eleições legislativas. Contudo, ele foi obtido num contexto de elevadíssima abstenção.*"

Fernando Rosas obteve o terceiro lugar, à frente do candidato do PCP nos distritos de Aveiro, Vila Real, Bragança, Viseu e nas regiões autônomas dos Açores e Madeira.

Candidatura do bloco obteve 3% dos votos

Mas os resultados do Bloco de Esquerda, embora positivos (acréscimo global de 0,5% em relação às últimas eleições legislativas, de 2,5% nas legislativas para 3 % nas presidenciais), poderiam ter sido superiores.

Fernando Rosas só muito tarde desafiou o eleitorado do PCP no sentido de não votar em Sampaio e de apoiar a candidatura que o Bloco apresentava, isto ainda antes de Antonio Abreu confirmar-se como candidato do PCP. Se de fato é fundamental dialogar com os setores de base e simpatizantes do Partido Comunista, também é verdade que este apelo deveria ter vindo mais cedo e não só em época eleitoral. Mas, também, em termos da construção de um Bloco de Esquerda dos trabalhadores e dos setores mais explorados da sociedade.

Não se deve esquecer as visitas que foram feitas, durante a campanha, em empresas como a ADTranz e as Minas de Neves Corvo, locais em que ainda há uma forte influência do PCP, e onde ficou provado que o discurso mais classista, voltado para o mundo do trabalho, permite outros resultados: 5,1% dos votos em Castro Verde, onde ocorreu a importante greve dos mineiros de Neves Corvo.

Também ficou demonstrado, pelos resultados eleitorais, que a construção de uma alternativa de esquerda apoiada em setores mais moderados da sociedade traz sérios riscos. A perda de influência em Lisboa e na região do Porto mostra a volatilidade de um setor do eleitorado do Bloco de Esquerda, que votou em Jorge Sampaio. Uma parte deste eleitorado, mais intelectual, urbano e menos inserido no combate político cotidiano, tenderá a assumir posturas como a do voto útil no PS em outro tipo de situação política, mas, sobretudo, será um entrave a uma virada à esquerda por parte do Bloco em uma situação de aumento dos conflitos sociais.

Nesse sentido, o discurso de Fernando Rosas não se demarcou suficientemente de Jorge Sampaio e da forma como exerceu o seu mandato. Esse espaço foi aproveitado com mais clareza por Garcia Pereira.

O decisivo, no entanto, é que o Bloco continua a ser o grande polo de atração de milhares de jovens e de trabalhadores e daí a sua responsabilidade em defender uma política de massas que organize eleitoralmente e nas lutas todos aqueles que, sendo socialistas ou comunistas, se radicalizam pela esquerda contra o governo e o sistema capitalista. (N.S.)

Marxismo Vivo promove debates

Luiza Casteli,
de Porto Alegre

Foram nas mais de 400 oficinas e reuniões do período da tarde que foi possível realizar debates democráticos já que nas atividades e conferências oficiais do Fórum Social essa possibilidade inexistia. Entre as oficinas mais concorridas do Fórum, estiveram duas realizadas pela revista **Marxismo Vivo**, com participação do **PSTU** na organização. A primeira, *Cidadania versus Independência de Classe*, aconteceu no dia 26. Em uma sala de apenas 45 lugares, cerca de 80 pessoas — sendo 30% militantes de movimentos que não têm relação com o **PSTU** — se reuniram para debater a contradição existente no discurso de "resgate da cidadania". Durante a palestra de José Welmowicki, professor de Ciências Sociais e membro do Conselho Editorial da **Marxismo Vivo**, foram expostas as diferenças entre os dois conceitos e porque é necessário que a esquerda retome a concepção de luta de classes para a derrota do neoliberalismo. Welmowicki afirmou também que "*a cidadania inclui direitos e deveres, exigindo que o 'cidadão' aceite a lei sem contestação. Aí está a contradição: defende-se a inclusão, mas apenas dentro da ordem estabelecida pelo capital*".

Grande debate sobre Cuba

A segunda oficina organizada pela revista **Marxismo Vivo**, *Restauração Capitalista em Cuba*, foi uma das mais polêmicas do Fórum. Embora a oficina tenha acontecido no dia 29 de janeiro, o debate começou já no dia anterior.

Convidado a dirigir a mesa de uma das conferência principais, sobre "*Qual o futuro dos Estados-Nações*", o presidente do parlamento cubano Ricardo Alarcón recebeu uma inesperada pergunta da jornalista francesa Sandrine Paulise, que questionou duas vezes o parlamentar sobre a falta de democracia em Cuba. Alarcón disse que a democracia em Cuba estava nas condições econômicas do país, que cresce 4% ao ano sem nunca ter privatizado nenhuma empresa.

O fato foi noticiado no jornal **Zero Hora**, seguido de uma entrevista com Martín Hernandez, membro do Conselho Editorial da **Marxismo Vivo**, dirigente da **Liga Internacional dos Trabalhadores** e palestrante na oficina, contestando as afirmações do dirigente cubano. Martín destacou que a lei de investimentos estrangeiros aprovada em 1995 permitiu em Cuba a abertura às empresas multinacionais, que estão protegidas contra a desapropriação e podem transferir capitais ao exterior sem pagamento de impostos. Atualmente, cerca de 600 empresas privadas atuam em Havana.

Sérgio Koei

Oficina-debate sobre Cuba no acampamento da juventude

Como resultado da polêmica já aberta na imprensa, compareceram cerca de 200 pessoas à oficina da **Marxismo Vivo**, incluindo sete membros da delegação cubana no Fórum Social. Segundo Martín Hernandez, a discussão, embora dura, foi muito importante por permitir expor a um número grande de delegados, a maior parte independentes, qual a situação atual de Cuba e qual a melhor forma de defender as conquistas da revolução cubana.

O debate foi realizado em um bom nível e com muito respeito entre o palestrante e os membros da delegação cubana. O único senão foi a tentativa de militantes do PCdoB de montar uma claque histérica, no melhor estilo stalinista, para tentar desqualificar as posições críticas ao governo cubano. Esse procedimento acabou isolado e rechaçado pela maioria dos participantes do debate.

As duas palestras preparadas pela revista **Marxismo Vivo** foram realizadas também no Acampamento Internacional da Juventude. A iniciativa de democratizar os debates reproduzindo as oficinas em locais abertos foi seguida, depois, por vários outros movimentos.

Aqui você encontra o PSTU

Sede Nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - F. (11) 5084.2982 - pstu@pstu.org.br

Alagoinhas (BA): R. Alex Alencar, 16 - Terezópolis - alagoinhas@pstu.org.br

Aracaju (SE): R. Acre, 2309 - Siqueira Campos - aracaju@pstu.org.br

Bauru (SP): R. Treze de Maio, 7/40 - F.(14) 223.2219 - bauru@pstu.org.br

Belém (PA): R. Domingos Marreiras, 732 - Umarizal - F. (91) 225.3177 - belem@pstu.org.br

Belo Horizonte (MG):
- Floresta - R. Floresta, 82 - F. (31) 461.3663 - bh@pstu.org.br
- Barreiro - Av. Afonso Vaz de Melo, 249

Brasília (DF): CONIC - Setor Diversões Sul - Ed. Acropol - S. 402 - 2° andar - F. (61) 225.7373 - brasilia@pstu.org.br

Campinas (SP): R. Dr. Quirino, 651 - campinas@pstu.org.br

Curitiba (PR): curitiba@pstu.org.br

Diadema (SP): R. dos Rubis, 359 - diadema@pstu.org.br - F. (11) 4051-2800

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - F. (48) 223.8511 - floripa@pstu.org.br

Fortaleza (CE): Av. da Universidade, 2333 - F. (85) 221.3972 - fortaleza@pstu.org.br

Goiânia (GO): F. (62) 212-0326

João Pessoa (AL): Av. Duque de Caxias, 186 joaopessoa@pstu.org.br

Macapá (AP): Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita - F. (96) 9963-1157 - macapa@pstu.org.br

Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - F. (82) 971.3749

Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - F. (92) 234.7093 - manaus@pstu.org.br

Natal (RN): Av. Rio Branco, 815 - F. (84) 201.1558.

Niterói (RJ): R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - F. (21) 717.2984 - niteroi@pstu.org.br

Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45

Ouro Preto (MG): R. São José, 121/ 304 - Ed. Andalécio

Passo Fundo (RS): R. Tiradentes, 25

Porto Alegre (RS): R. General Portinho, 243 - F. (51) 286.3607 - portoalegre@pstu.org.br

Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - Boa Vista - F. (81) 222.2549 - recife@pstu.org.br

Ribeirão Preto (SP): R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - F. (16) 637.7242 - ribeiraopreto@pstu.org.br

Rio Grande (RS): F. (53) 9977.0097

Rio de Janeiro (RJ): Tv. Dr. Araújo, 45 - Pç. da Bandeira - F. (21) 293.9689 - rio@pstu.org.br

Santa Maria (RS): F. (55) 9982.3270 - santamaria@pstu.org.br

Santo André (SP): R. Adolfo Bastos, 571 - Vila Bastos (11) 9168-2057 / 9168-2205 santoandre@pstu.org.br

São Bernardo do Campo (SP): R. Mal. Deodoro, 2261 - F. (11) 4335.1551- saobernardo@pstu.org.br

São José dos Campos (SP): R. Mário Galvão, 189 - F. (12) 341.2845 sjc@pstu.org.br

São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53

São Luís (MA): F. (98) 238.4068 / 9965-5409 - saoluis@pstu.org.br

São Paulo (SP): saopaulo@pstu.org.br
- Paraíso: R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - F. (11) 572.5416
- Zona Sul: R. Ten. Cel. Carlos Silva Araújo, 181 - S. 15 - Santo Amaro
- Zona Leste: F. (11) 6944.3128

Terezina (PI): R. Firmino Pires, 718

Uberaba (MG): R. Tristão de Castro, 191 - F. (34) 312.5629 - uberaba@pstu.org.br

Nosso e-mail é: pstu@pstu.org.br

Nossa página na internet é: www.pstu.org.br